

24 horas

# Expresso

DIRECTOR FRANCISCO PINTO BALSALHO - SEDE: RUA DIAS REIS, 51-A - 1.º ANDAR - TELÉFONOS 55 88 61-1 a 15 08 - LISBOA

## Primeiro Conselheiro pelo C. S. Judiciário

O CONSELHO REPRESSOR decidiu designar, como seu primeiro conselheiro, o advogado José Rodrigues de Sá. O novo conselho do Conselho Superior do Poder Judiciário, que se reuniu na tarde de ontem, decidiu também nomear para o cargo de primeiro conselheiro o advogado José Rodrigues de Sá. O novo conselho do Conselho Superior do Poder Judiciário, que se reuniu na tarde de ontem, decidiu também nomear para o cargo de primeiro conselheiro o advogado José Rodrigues de Sá.

## Negros assassinados em Luanda

FORAM ASSASSINADOS em Luanda e hábito de um crime de sangue africano, segundo os governos africanos. Segundo os governos africanos, hábito de um crime de sangue africano, segundo os governos africanos. Segundo os governos africanos, hábito de um crime de sangue africano, segundo os governos africanos.



Um momento da sessão do Conselho Superior do Poder Judiciário, presidida pelo primeiro-ministro, em 12 de julho. À esquerda, o primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, e o primeiro conselheiro, José Rodrigues de Sá.

Vitor Alves:

## Esta será a última mudança antes das eleições

OS SEUS SEUS e outros membros do Conselho Superior do Poder Judiciário, presidido pelo primeiro-ministro, em 12 de julho. À esquerda, o primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, e o primeiro conselheiro, José Rodrigues de Sá.

## A sardinha soviética e a greve de Matosinhos

CRISIJA ASSALTO ao porto de Lisboa e a greve dos pescadores de Matosinhos. A greve dos pescadores de Matosinhos, que se iniciou na tarde de ontem, levou ao fechamento do porto de Lisboa. A greve dos pescadores de Matosinhos, que se iniciou na tarde de ontem, levou ao fechamento do porto de Lisboa.

## A Ática edita Marcelo Caetano

PRÉCIO EXALTADO para a edição de um volume de poemas de Marcelo Caetano. A Ática edita Marcelo Caetano, com o volume de poemas "Ática". O volume de poemas "Ática", editado pela Ática, contém poemas de Marcelo Caetano.

## Costa Gomes no "Expresso"

"Alterar o Programa exigiria acórdão da 'corrente de pensamento' MFA" e da minha consciência de português"

O EXPRESSO publica a declaração de Costa Gomes sobre o programa de governo. Costa Gomes declarou que "alterar o programa exigiria acórdão da 'corrente de pensamento' MFA" e da sua consciência de português.

"Cartas adividas" - Carta de Costa Gomes para o primeiro-ministro. Costa Gomes escreveu uma carta ao primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, em 12 de julho. Na carta, Costa Gomes expressa a sua opinião sobre o programa de governo.

## "Oportunidade militar"

OS SEUS SEUS e outros membros do Conselho Superior do Poder Judiciário, presidido pelo primeiro-ministro, em 12 de julho. À esquerda, o primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, e o primeiro conselheiro, José Rodrigues de Sá.

## Indulgência para o Príncipe de Monaco

PRINCEPE DE MONACO e o seu filho, o príncipe Luís. O príncipe Luís foi indultado pelo rei de Portugal, após a sua condenação por um crime cometido em Portugal.

**PK MFA-CdeE GPC A CRISE**

- Quem é Firmino Miguel
- Uma semana quente
- A situação das forças políticas
- A teoria e os factos (editorial)
- O 9 de Julho ou o senso de 26 de Abril

Professores em viés: de classe ou de partido político?

Estigma 40

RENTE

Arte

Portugal?

Alexandre Vaz Pinto fala sobre a situação portuguesa

(MUITO)

e a Sociedade Financeira

## A Guiné em vésperas de independência

OS SEUS SEUS e outros membros do Conselho Superior do Poder Judiciário, presidido pelo primeiro-ministro, em 12 de julho. À esquerda, o primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, e o primeiro conselheiro, José Rodrigues de Sá.

## Prontidão de eleições antecipadas na MFA

PRONTIDÃO DE ELEIÇÕES ANTECIPADAS na MFA. O primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, declarou que a MFA está pronta para eleições antecipadas.

## Parlamento de eleições antecipadas na MFA

PARLAMENTO DE ELEIÇÕES ANTECIPADAS na MFA. O primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, declarou que o Parlamento está pronto para eleições antecipadas.

## Muda nome sem mudar o conteúdo

MUDA NOME SEM MUDAR O CONTEÚDO. O primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, declarou que o nome do partido não muda o seu conteúdo.

## Finalidade do programa de governo

FINALIDADE DO PROGRAMA DE GOVERNO. O primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, declarou que a finalidade do programa de governo é a realização de eleições antecipadas.

## Atenção às palavras

ATENÇÃO ÀS PALAVRAS. O primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, declarou que as palavras são importantes para a compreensão do programa de governo.

## Programa de MFA

PROGRAMA DE MFA. O primeiro-ministro, José Rodrigues de Sá, declarou que o programa de MFA é o programa de governo.

## Crise económica na origem das manifestações do ouro

CRISE ECONÓMICA NA ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES DO OURO. A crise económica é a causa das manifestações do ouro.

## De talos os momentos políticos

DE TALOS OS MOMENTOS POLÍTICOS. Os momentos políticos são importantes para a compreensão da situação política.

portabilidade com

## Memomatic Omega

Omega Memomatic

O relógio de pulso que a ajuda a ser pontual, que a previne, com um sinal sonoro, de não a não ter de esquecer a sua próxima reunião importante. E, por isso, de uma utilidade insuperável.

Omega Memomatic: o relógio memorizável automática

# 24 horas

em notícia

## Primeiro Conselheiro pelo C. S. Judiciário

O CONSELHO SUPERIOR Judiciário designou ontem, pela primeira vez depois das alterações legais resultantes do 25 de Abril, um juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Trata-se do dr. José Joaquim Almeida Borges que fez a sua carreira essencialmente nos tribunais civis de Lisboa, tendo sido, durante nove anos e meio, juiz desembargador do Tribunal da Relação da capital.

## Negros assassinados em Luanda

FORAM MORTAS seis pessoas e feridas vinte e sete (todas de origem africana), durante os graves acontecimentos ocorridos em dois bairros dos subúrbios de Luanda.

Após a morte de um motorista de táxi branco (cujo autor por enquanto se desconhece), grupos de brancos extremistas, armados de pistolas, cacetes e granadas, invadiram as ruas dos bairros de Cazenga e Cisca, atacando todas as viaturas que transportassem passageiros negros. As ocorrências foram particularmente trágicas neste último bairro, onde um autocarro que transportava população negra foi atacado num acesso de fúria assassina e os passageiros massacrados.

Entretanto, o Governo Geral e o Comando Chefe das Forças Armadas emitiram um comunicado em que condenavam os agredidos e se afirmaram estar «na disposição de tomar medidas drásticas que destroem o clima de paz que as forças armadas se propõem estabelecer para o País».

## A sardinha soviética e a greve de Matosinhos

CHEGA amanhã ao porto de Leixões o primeiro carregamento de sardinha congelada russa (3400 toneladas), a bordo do navio-fábrica «Nakhichevan».

Segundo o Presidente do Grémio dos Industriais de Conserva de Peixe do Norte, com sede em Matosinhos, a negociação para compra da sardinha à URSS efectuou-se na Suécia, tendo-se deslocado a esse país três membros de uma recém-criada Comissão de Compra de Congelados, representando 25 unidades industriais do Norte, «para verificarem a espécie que nos era oferecida».

A transacção teria sido feita em dólares.

Alguns elementos daquela Comissão planeiam visitar em breve a União Soviética para aí efectuarem novos negócios.

Entretanto, mantém-se a greve de 1200 pescadores de sardinha de Matosinhos, iniciada há cerca de um mês, com o objectivo de melhorar as suas condições de vida, extremamente duras.

## A Ática edita Marcelo Caetano

ESTÁ PRATICAMENTE concluída a edição de um volume de estudos de direitos administrativo, da autoria de Marcelo Caetano, que a Editora Ática vai lançar no mercado dentro de dias.

Entretanto, chegou-nos a notícia de que mesma editora teria já entrado em negociações com o autor para o lançamento de outro volume, precisamente notas e memórias políticas que o ex-governante teria escrito no exílio, durante os últimos meses, no Brasil.

É provável que a edição venha a ser feita pela Ática, informou-nos um dos responsáveis pela actividade editorial da empresa, mas de momento ainda não foram estabelecidos contactos por Marcelo Caetano para o efeito.

ALVES, Vítor



Palma Carlos e os ministros (Sá Carneiro, Firmino Miguel, Vieira de Almeida e Magalhães Mota) que com ele se solidarizaram, quando apresentou o seu pedido de demissão, juntaram ontem em Lisboa, no Tavares (ao almoço, estivera lá Mário Soares, com mais 17 pessoas). Presentes também elementos dos gabinetes de alguns dos ex-membros do Governo

Vítor Alves:

## Esta será a última mudança antes das eleições

"ESTE SERÁ o último Governo até às próximas eleições", afirmou o major Vítor Alves à saída de uma reunião da Comissão Central do MFA, a qual teve lugar no palácio de S. Bento.

Acreditou ainda que os partidos que estavam no Governo estarão presentes no próximo, salvo se não o descrezarem. Pouco depois Álvaro Cunhal afirmou-nos "não ser a volta uma dança típica portuguesa pelo que pensava que não haveria volta de Governo em Portugal".

"Cortar a direita"

Acerca do actual momento político Pereira de Moura afirmou-nos numa longa entrevista "o 25 de Abril derrubou a "capa" do fascismo, mas não as forças políticas económicas e sociais que estavam na sua origem, as quais ficaram intactas. Se o governo e as Forças Armadas, não cortarem francamente a direita, o que até agora não se fez, se não forem para uma política francamente de acordo com o programa das FA —

e em chelo — não tenho dúvidas em afirmar que o fascismo voltará dentro de alguns meses".

"A direita poderá querer aproveitar esta mudança de governo para alterar o leque político. Actualmente existe já um certo número de organizações que se apresentam como partidos de novos democráticos, trabalhistas e outros.

Sendo estes partidos de direita, alguns mais e outros menos e até alguns francamente à direita não são formações políticas que possam entrar no governo, pelo o programa do MFA — e nisso ele é perfeitamente determinante — não está disposto a aceitar outra vez o fascismo mesmo sob outras

formas." Quanto à actual crise, Pessoa de Moura afirmou:

"Se há crise, para mim a pior será a falta de informação que tem havido acerca dela. Não uma construção democrática, nem um trabalho político se faz com essa atitude, a qual dá origem aos mais variados boatos e insinuações. Para mim essa é a maior crise. Conclua daqui estarmos ainda muito longe da democracia. As condições impostas pelo ex-primeiro ministro Palma Carlos para a sua continuação à frente deste governo colidiam frontalmente com o programa da P.A. Nada mais natural, pois, que o Conselho de Estado se tenha recusado."

E mais à frente afirmou: "Nas duas últimas semanas senti que estava cada vez mais a cobrir uma política de dúbio e a dar-lhe o aval de formação de esquerda. Se não fosse esta crise, bastante natural numa processo democrático, assim teria que haver, e perante o que se estava a passar ter-me-la retirado."

A terminar acrescentou que o aparecimento de militares no novo governo, a verificar-se, poderá ser tomado como uma crítica ao Governo antecessor, pelo que terá de necessariamente ficar muito claro não ser o caso, o que compete ao

deixar levar a não aceitar. Em resposta a uma pergunta que lhe foi feita, o tenente-coronel Miguel confirmou ter tido contactos com a comissão coordenadora da M.F.A. contactos exactos absolutamente inusitados no ritmo normal de outros entre o ministro da Defesa e esse organismo.

### Incógnita para o Primeiro-Ministro

Pouco depois o tenente-coronel Mário Firmião Miguel terminava o seu encontro com o general António de Spínola, afirmando então aos jornalistas ter tido uma conversa informal, sem uma agenda precisa. "Não foi aborçada alguma vez o meu nome para o cargo que se conjectura por aí". Quanto à afirmação anteriormente feita pelo general Galvão de Melo, declarou serem estas da inteira responsabilidade daquele general e com as quais nada teria a ver. A designação do seu nome para o cargo em questão, segundo acrescentou é uma hipótese como qualquer outra de entidades militares ou civil dentro de determinadas ideias. "Não é obrigatório que seja um militar", afirmou a concluir.

### "Determinadas ideias"

Após a reunião do Conselho de Estado, no palácio de Belém, o general Galvão de Melo, confundido aos jornalistas presentes estar para breve a chegar ao local do "futuro... ainda possível futuro primeiro ministro" que iria assistir com o Presidente da República.

Com efeito, momentos antes, chegou a Belém o tenente-coronel Mário Firmião Miguel que afirmou aos jornalistas presentes ter sido mandado chamar pelo general Spínola.

Reconheceu este oficial ter estabelecido durante a "matutina" contactos com algumas personalidades políticas, mas não com o objectivo de formar um Governo. afirmou ainda não ter sido convidado para o cargo em questão e a aceitação de uma proposta nunca sentida estar subordinada a determinadas condições que eventualmente o po-

GOMES, Costa

Costa Gomes ao "Expresso":

## "Alterar o Programa exigiria acordo da 'corrente de pensamento-MFA' e da minha consciência de português"

O EXPRESSO pediu a diversos pessoas um depoimento sobre a situação política actual. De todos os convidados, apenas o General Francisco Costa Gomes, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, membro da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado, nos respondeu, tendo o cuidado de frisar que a sua resposta era "o testemunho de um membro do Conselho de Estado":

"O direito fundamental do Povo à informação, mais uma vez, se impôs às motivações de temperamento e de formação militar que sempre me impõem a servi-lo em silêncio.

Nestas condições passo a referir os assuntos sobre os quais me pediram opinião.

### Posição do Movimento das Forças Armadas perante um Governo de coligação

Antes de mais quero esclarecer que se continua a referir MFA como se ele fosse um órgão ou uma instituição, o que não corresponde à realidade dos factos.

Os "homens sem sono" do 25 de Abril que conquistaram o Poder em nome do Povo retiveram-no por escassas horas e, generosamente, entregaram o cumprimento do seu Programa a sete militares da sua escolha.

A partir daí o MFA só pode ser referido como sendo uma corrente de pensamento firmemente decidida a não se desviar dos objectivos maiores do Povo Português.

O seu efeito catalizador faz-se sentir a vários níveis com a nomeação de "homens sem sono" nos estados-maiores militares e civis, em gabinetes e sobretudo no Conselho de Estado.

O MFA, como espírito, continua, por esta forma disciplinada, a constituir uma "hormona" discreta no metabolismo nacional.

Suponho interpretar bem o espírito do MFA, a que aderi desde sempre, se disser que este não exige um governo especial, embora admita que um governo de coligação, nesta altura, possa ser o conceito mais fecundo para se obter a indispensável eficácia e equilíbrio.

### Possibilidade de eleições municipais em 1974

Pessoalmente concordo, porque lhe vejo duas vantagens essenciais:

— Para um Povo que como o nosso está a "estudar democracia" seria um primeiro exercício prático;

— Sobretudo, porque legitimaria instituições tão próximas e essenciais à vida do Povo que devem servir.

### Modo como tem vindo a ser cumprido ou não o programa do MFA

Não me apercebi de qualquer desvio essencial que aliás não subscreveria porque alinhado na sua "corrente de pensamento" e ratifiquei essa adesão no momento em que aceitei ser membro da JSN.

### Possível alteração ao programa perante a evolução dos acontecimentos

O programa tem elasticidade doutrinária suficiente para que, certamente, possa perdurar.

No campo das possibilidades podemos admitir que os interesses do nosso Povo viessem a aconselhar uma alteração ao programa; pessoalmente entendo que qualquer alteração exigiria acordo prévio da "corrente de pensamento-MFA" e da minha própria consciência de português.

### Alterações no problema descolonização

O programa do MFA, o direito dos povos decidirem livremente os seus destinos, o direito internacional contemporâneo, a Carta das Nações Unidas que subscrevemos, tudo está em sintonia.

As dúvidas que porventura tenham existido deixaram de ter razão de ser depois da alínea a) do n.º 8 do programa do MFA ter sido interpretada oficialmente pelo Conselho de Estado, e publicada em diploma.

### Funcionamento de um poder executivo não legitimado através de eleições.

O programa do MFA prevê o momento em que a legitimação do poder se fará através de eleições.

Não vejo que durante este período existam debates jurídicas para preocupação a nível nacional ou internacional."

## Crise económica na origem das manifestações do ouro

LOURENÇO MARQUES (do nosso correspondente Azeite Pestal) — A atitude torçada pela população moçambicana quanto ao embarque do ouro para Lisboa reflecte não só a impopularidade desta obrigação contrada com o Banco de Portugal como também o temor pela desorganização económica que ameaça a colónia com consequências inevitavelmente desastrosas: falências, desemprego, baixa de produtividade, miséria, fome, aumento de criminalidade e insegurança.

Afirmava-se que aquele carregamento, que o Governador Geral mandou suspender por alguns dias, sendo de três toneladas de ouro, valia três vezes mais que os cento e dez mil contos pagos ao valor do mercado internacional se vendido no mercado livre e acrescentava-se que o ouro tinha de ficar em Moçambique porque havia tido ganho pelos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul.

Estes factos são verdadeiros: o ouro valeria mais quando vendido no mercado-livre, mas um acordo internacional impede de o fazer. O convénio entre o governo de Salazar e o governo da África do Sul accorda que o pagamento dos salários dos trabalhadores seria feito parte em randes e no local de trabalho, parte em escudos moçambicanos na circumscrição da

residência do mineiro (pagamento diferido) após o seu regresso este pagamento diferido era pago pela África do Sul trimestralmente em ouro e o governo português entregava a cada trabalhador o correspondente em moeda circulante na colónia.

### De todas as correntes políticas

Segundo disseram ao EXPRESSO o ouro entregue pela África do Sul não era para pagar os salários dos trabalhadores "mas para servir de padrão menos fluido da hora trabalho de cada mineiro". Se o rande se desvalorizasse o trabalhador não receberia o mesmo número de randes com o poder de compra diminuído, mas o número de randes correspondente ao valor do ouro acordado.

Neste momento, é um facto não existirem quaisquer reservas de ouro em Moçambique mas alguns peritos financeiros dizem também não serem necessárias para depois da independência se emitir moeda própria pois poderá encontrar-se a sua cobertura, de acordo com métodos regulamentados internacionalmente e que de algum modo dependerão do saldo positivo entre a exportação e a importação.

Quanto à presente restreita de

ouro que deu origem a todo o borbórismo, segundo um comunicado do Governo Geral será enviada em momento que o sigilo e as medidas de segurança possam evitar qualquer tentativa de pirataria aérea e será entregue ao Banco de Portugal pois trata-se de um carregamento em atrazo que já havia sido pago por aquele banco emissor antes do 25 de Abril.

Se parece certo a população ter reagido temperamentalmente em face do presente carregamento (embora e de facto o ouro enviado pela África do Sul pertença a Moçambique) que possui cobertura legal para ser efectuado, tomou de adiantar, porém, que a população não se determinaria a realizar uma manifestação, em que pela primeira vez simpatizantes de todas as correntes políticas estavam lado a lado, se esta população não andasse alarmada por uma série de outros acontecimentos estreitamente ligados à crise económica.

Num monte de recortes de jornais relativos ao período de uma semana, regista que em Lourenço Marques mil e quinhentos desempregados se manifestaram frente ao Governo Geral porque "antes do 25 de Abril tinham emprego"; que grassa uma onda de desemprego em outras capitais de distrito, nomeadamente em Tete, Vila Pery, Beira e Quelimane; e

(continua na pág. 2)

## O ouro e a crise económica

Continuação pág. 1

isto embora tenha diminuído a vaga de greves até à sua quase ausência. Há empresas a fechar, funcionários a fechar as malas e a partir, comerciantes a liquidar os seus haveres.

Por outro lado tendo aumentado de forma inesperada o número de consumidores que passaram a vender salários muitas vezes mais altos e elevaram o seu poder de compra, esgotam-se os artigos de primeira necessidade, surge o açambarcamento, revitaliza-se a especulação e organiza-se o mercado negro. Note-se que para fazer frente à elevação salarial houve por parte das empresas que subiu o preço dos seus produtos. Daí que a vida se tornou muito mais cara do que era e que alguns trabalhadores não beneficiados pelas melhorias de vencimentos se começam a perguntar se a vida não terá piorado para eles depois da queda do anterior regime.

Recrudescem e apresenta-se com uma frequência nunca antes conhecida o número de roubos, assaltos à mão armada, assassinatos nas zonas suburbanas, actos que são atribuídos em parte a alguns desempregados que em desespero tentam subsistir por outros meios.

Grande parte dos empresários com que tenho contactado queixam-se de que não só as suas actividades reduziram até à quase paralisação como do facto dos empregados intranquitos em relação a uma situação política que ainda não se definiu terem baixado o seu nível normal de produtividade.

Um economista e director de uma grande empresa disse há dias em breve análise à crise:

"A economia moçambicana já estava seriamente ameaçada antes do Movimento das Forças Armadas. Depois deste e perante a necessidade de praticar um salário justo, toda uma estrutura que existia no pagamento de salários de fome tinha forçamento de ruir. Empresas mal dimensionadas despedem em massa. Maior poder de certo sector suburbano esgota as mercadorias. Capitalistas estrangeiros desistem de investir. Capitalistas são fixados

retiram-se. Esperação lícita e ilícita de capitães e de dividas altram de pantanas o fundo cambial. As coisas podiam compor-se se se reorganizasse rapidamente o nosso sistema económico, mas para tal é necessário que haja confiança no futuro político.

Em a razão porque repato urgente levar a bom termo as conversações de Lusaka. Nessa altura as pensas conquistarão tranquilidade e pensarão em reorganizar num clima de confiança a futura estrutura económica de Moçambique". — (Ver, na pág. 6, mais notícias de Moçambique).

Semana

Nacional

## Manifestação do funcionalismo anula diploma

MILHARES de trabalhadores do Estado manifestaram-se pelas mais diversas formas em vários pontos do País protestando contra o diploma divulgado no final da semana passada pelo ex-ministro da Coordenação Económica, Vasco Vieira de Almeida, e no qual eram fixados os novos vencimentos do funcionalismo público. O movimento de protesto teve início na segunda-feira passada. Com efeito, em Lisboa, a maior manifestação de rua realizada após o 25 de Abril levou cerca de quarenta mil trabalhadores da Função Pública frente ao Palácio de S. Bento, após terem percorrido algumas das principais artérias da capital.

Os manifestantes concentraram-se na Praça do Comércio, vindos de diversos pontos da cidade e marcharam então para S. Bento empunhando centenas de cartazes onde se podiam ler frases como «Trabalhadores do Estado na Luta pelo Pão», «A injustiça continua — abaixo as percentagens», «Contra os aumentos que beneficiam os privilegiados» e «Queremos Pão para os nossos Filhos» entre outras. «Salário justo — sim; aumento fascista — não», foi a palavra de ordem mais gritada no decorrer da manifestação.

Algumas horas após a chegada a S. Bento, onde os manifestantes exigiram explicações oficiais, Vasco Vieira de Almeida apareceu a um dos varandãs da Assembleia Nacional anunciando a decisão do Governo de reexaminar os aumentos. A explicação pública do ex-ministro da Coordenação Económica verificou-se após a multidão ter recusado uma proposta de um dos elementos das massas que pretendia que se nomeasse uma comissão para parlamentar com o Governo. A resposta da multidão foi pronta: «A Comissão Somos Nós» e «Ninguém Sai Daqui!».

Com efeito, apesar da promessa ministerial de revisão do diploma, algumas centenas de funcionários públicos ocuparam durante três dias quer parte do interior da Assembleia, quer a escadaria do Palácio de S. Bento.

## Nova lei do inquilinato

UM NOVO decreto-lei regulamentado o arrendamento de habitações irá sair dentro em breve no «Diário do Governo» segundo declarações do aq. Nuno Portas, ex-secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, durante um encontro com as comissões administrativas eleitas para as juntas de freguesias de Lisboa.

De acordo com a nova lei, as casas que se encontram devolutas e com escritas há meses ou anos, terão de ser obrigatoriedade arrendadas em prazo fixado no mesmo documento. Salientando que têm sido grandes as pressões junto do Governo Provisório por causa dessa lei, Nuno Portas informou que a mesma irá proibir as demolições de prédios em bom estado para habitação e criará um registo de fogos para arrendar, nas câmaras municipais, e à disposição dos interessados. Por outro lado, a actuação dos senhorios poderá ser fiscalizada através de comissões de moradores que segundo a lei, ficarão com o direito de se constituir em valores de processos judiciais.

## Os jornalistas e a Lei de Imprensa

POR UMA PEQUENA DIFERENÇA de dezanove votos num total de 147 os jornalistas reunidos em Assembleia Geral do seu Sindicato convocada por aquele organismo para a Casa da Imprensa no final da passada semana, optaram pela proposta A em detrimento da proposta B, preferindo assim propor a revisão da nova lei de Imprensa em vez de exigirem a sua revogação. Ambos os documentos — o primeiro dos quais propunha, em síntese, «a imediata revisão e alteração do regulamento», chamando também a atenção para os «aspectos controversos do decreto-lei», enquanto o segundo exigia «a revogação» e propunha «a luta por todos os meios contra a sua aplicação, tendo em vista o seu carácter antidemocrático e lesivo para os interesses dos trabalhadores» —, foram publicados na íntegra na nossa última edição.

Pela primeira vez na história do Sindicato dos Jornalistas o direito de voto — após duas longas sessões de discussão — foi alargado a outros trabalhadores da Informação considerados como tal no âmbito dos novos estatutos da profissão. Permitiu-se também, por maioria, ao decorrer da reunião onde foram votadas as duas propostas sobre a Lei de Imprensa que os redactores de publicações paritárias publicadas na clandestinidade antes do 25 de Abril (caso do «Avante!» e do boletim da «UEC») — União dos Estudantes Comunistas tivessem direito a voto. Tanto os elementos presentes da direcção do Sindicato como o presidente da Assembleia Geral e os cidadãos representantes da Imprensa paritária votaram na proposta A.

A Assembleia Geral prosseguiu na passada segunda-feira para discutir e votar quatro propostas admitidas por maioria na sessão anterior. Duas destas propostas convidavam a Assembleia Geral do Sindicato a manifestar a sua solidariedade com as Redacções dos jornais «A Capital» e «República», em virtude das multas a que recentemente foram sujeitas; uma outra suscitada pelos noticiários da Rádio, Leite de Vasconcelos, Adelino Gomes e Rui Furtado, dizendo respeito a tomadas de posição concretas sobre o caso dos despedimentos de quatro noticiários da Rádio Renascença; e uma última que propunha que o jornalista Roby Amocem retomasse o serviço que vinha fazendo na Guiné-Bissau, após ter sido impedido pelas autoridades portuguesas.

Dois novas propostas foram aprovadas na mesa. Numa, a assembleia manifestava a sua estranheza pelo «silêncio de certos órgãos de informação» quanto a multa aplicada ao jornal «República»; noutra exigia-se a imediata libertação de José Luís Saldanha Sanches, director do jornal «Luta Popular», preso na madrugada do passado dia 8 de Junho e actualmente preso à ordem da J. S. N. no Forte de Elvas. Todas as referidas propostas foram aprovadas por maioria, excepto a relativa aos noticiários da Rádio Renascença, a qual foi aprovada por unanimidade.



## *Primeira manifestação "quase proibida" pelas novas autoridades*

UMA NOTA divulgada pelas autoridades militares deu grande amplitude à convocação da manifestação de apoio dos aspirantes milicianos Anjos e Marvão, desidos por se terem recusado a integrar uma força destinada a intervir na greve dos CTT. A manifestação, promovida pelo Movimento da Esquerda Socialista, fora convocada para a passada terça-feira, pelas 19 horas, no Marquês de Pombal; a nota, referindo-se à aludida iniciativa, condenou-a em termos enérgicos, convidou a população «pacíficos e ordeiros» a não aderir, para além de ter justificado a detenção dos aspirantes na base da acusação de indisciplina, não deixando de salientar que os incitamentos à dita no interior das fileiras das F. A. visa «criar climas emocionais» susceptíveis de conduzir a confrontações entre o povo e as citadas Forças.

Cerca das 18 horas uma força policial fechou o tráfego rodoviário na parte central da rotunda do Marquês, enquanto tropas pertencentes aos três ramos das F. A. formavam um anel em torno da praça; face à situação, o MES desconvocou a manifestação que entretanto fora apoiada por agrupamentos da extrema-esquerda que, depois de um breve comício realizado no cruzamento da rua Braancamp com a Praça, subiram aquela rua tendo-se cindido em duas manifestações: uma, enquadrando simpatizantes da LCI (trotskista), do P.R.F. e U.R.M.L. desceu a Avenida da Liberdade e terminou na Praça do Comércio; outra, com menos gente, enquadrando simpatizantes do M.R.P.P. e do M.P.A.C. (Movimento Popular Anti-Colonial), dirigiu-se para S. Bento, onde se encontravam funcionários públicos concentrados desde a manifestação do dia anterior.

Nessa mesma noite o referido M.P.A.C. publicou um comunicado, distribuído aos órgãos de informação, em que «denuncia com veemência a inconsequência do M.E.S.».

## A teoria e os factos

O PAÍS acaba de viver uma crise governamental, suscitada pela demissão do Primeiro-Ministro Palma Carlos.

Tratando-se embora de um facto usual em sociedades experimentadas na vida democrática, sobretudo no caso de governos de coligação, aquela crise rodeou-se entre nós de um ambiente de expectativa e ansiedade muito particular.

O que, de resto, não suscita grande admiração.

Portugal iniciou, há pouco mais de dois meses, um processo longo e cauteloso de consolidação da democracia. E fit-lo a partir de estruturas caducas, num clima económico e social difícil, depois de quase cinco décadas de sujeição a um regime autoritário.

Liberdades fundamentais, partidos e associações políticas, movimentação sindical — tudo o que, de repente, irrompeu na sociedade portuguesa — veio — como não podia deixar de ser —, a criar tensões transitórias, a exigir reformas profundas, a chamar a atenção para a necessidade urgente de radicar sem delongas a democracia.

E sabido, que as graves crises económicas ou sociais constituem a porta por onde entram as ditaduras de qualquer sinal.

Também se sabe que a instabilidade crónica do poder de direito abre caminho à institucionalização de vários e contraditórios poderes de facto.

Tudo o que fica dito significa que objectivo prioritário no momento presente da vida portuguesa há-de ser o de democratização efectiva do país.

Democratização que deverá ser prosseguida por todas as forças políticas, económicas e sociais portuguesas, com a condição essencial de se encontrarem efectivamente empenhadas em jogar o jogo democrático.

Para a realização daquele objectivo prioritário há várias linhas políticas possíveis e defensáveis e a crise a que assistimos resultou do confronto atento e ponderado de duas delas.

Uma, entendendo necessário proceder a certas alterações do Programa do MFA, com o fundamento de que uma coisa é o espírito do Programa e outra a sua linha.

E se o espírito é intangível, já a linha deverá acompanhar o dever dos factos para não correr o risco de se tornar teoria morta.

Outra linha terá considerado que há momentos em que é ainda prematuro alterar a linha do Programa, tão importante lhe parece que ela coincida com o seu espírito.

No fundo, está-se perante a velha questão da teoria e dos factos.

Devemos ater-nos demasiado à teoria, mesmo que com desprezo dos factos que lhe dão corpo e são a sua razão de ser?

Ou devemos valorar programaticamente os acontecimentos tentando fazer incidir a sua luz sobre as formulações teóricas? E neste caso: como, quando e onde se estabelecem as fronteiras entre a teoria e a sua prática?

Julgou o Conselho de Estado que não era tempo azado para introduzir no Programa do MFA alterações que certos governantes considerariam imprescindíveis.

E, restada a continuidade governativa, amanhã, o processo democrático seguirá sem interrupções graves.

Da crise verificada nos fica uma certeza. A de que nenhuma das duas linhas quererá pôr em causa o objectivo democrático, nem a legitimidade revolucionária corporizada pelo Movimento das Forças Armadas.

Coube ao MFA a concepção e execução corajosa do 25 de Abril. Continua a caber-lhe a garantia permanente da legitimidade política em vigor. Esta uma verdade aceite tanto por aqueles que ficam no Governo como pelos que dele saíndo nem por isso deixam, certamente, de viver intensamente o projecto grandioso da construção de um Portugal novo e democrático.

Cabe-nos a todos nós, cidadãos portugueses, ter presente que a verdadeira fidelidade à teoria passa pela consideração realista dos factos.

## Estado e Cultura

# Para uma teoria democrática das relações entre o poder político e o poder cultural

Eduardo Lourenço

A ANTINOMIA que em artigo anterior (1) observámos entre Estado e Cultura — exasperada na década actual a ponto de querer, destruído ao mesmo tempo os dois termos dela — em última análise, não é solúvel, nem é bom que o pretenda ser. Entre poder político e o poder cultural deve mediar um espaço de liberdade e autonomia irredundável, sem o qual o primeiro se torna inquisitorial e o segundo um jogo de pérolas de vidro. Mesmo num Estado que conscientemente visa a sua própria abolição enquanto instrumento de domínio de uma classe sobre outra, um mínimo de estruturação ideológica, ética e administrativa, torna inevitável um comportamento repressivo e, por conseguinte, inevitável também se torna que a Cultura, auto-consciência da vida colectiva, encontre nessa estrutura uma limitação, sendo sua limite. Sendo assim, a coexistência entre o mínimo de necessidade representado pelo aparelho de Estado e a liberdade indefinida e indefinível, própria da vida cultural, só se dá se o mesmo Estado se concebe sem finalidade própria enquanto agente cultural. E isso possível?

Em absoluto não. O centralismo ideológico não existe. Se em muitos países o estatuto ideológico e social da cultura — ou de certos aspectos dele — não parece levantar problemas graves, é só na medida em que a actividade cultural se encontra, cósustante ou inconscientemente, integrada e subalterizada pelo contexto civilizacional onnipotente de que ela é aspecto secundário. Se o "intelectual" é facilmente, nos Estados Unidos, um "sabeza de ouro", isso significa que o impulso cultural e ideológico decisivo na sociedade americana, não depende dele enquanto "intelectual" mas de outros actores culturais mais vitalmente articulados ao sistema de

produção social triunfante: cientistas, especialistas puros, técnicos, jornalistas, que abdicaram ou não têm interesse em se uniar em relação ao projecto global desse sociedade de que fazem parte. Infelizmente — e sobretudo na Europa — não é nessa categoria de trabalhadores intelectuais em que se costuma pensar quando falamos de Cultura. Ora a verdade é que existe uma espécie de elitismo europeocêntrico e sóbete uma confusão ou uma simplificação abusiva do conceito de "Cultura" que nada justifica senão uma herança precocenososa de longueta raiz humanística. É sobretudo em função desse conceito que o actor cultural tipo do Ocidente se vê a si mesmo — em particular desde o Renascimento — como anti-estado potencial. Na realidade, quer se queira quer não, a realidade cultural no seu conjunto — e não apenas nas suas manifestações mais indistintamente originárias e individualizadas — já está integrada ao sistema de que o Estado é, ao mesmo tempo, a expressão, o quadro e o espelho. A liberdade cultural — excepção do resto criado ideal e idealizadamente concebido — é extremamente relativa, fora daquela, magnifica, a que se referiu um dia William Faulkner, definindo-a, para o escritor, como consistindo em "algumas folhas de papel e um lápis". A produção cultural, não estritamente privilegiada — desse privilégio da solidão mítica do triador faulkneriano — só por excepção e correndo o risco de se subordnar, é que se pode pensar independentemente das estruturas educacionais ou de investigação colectiva de vanguarda, a serviço dos interesses próprios da sociedade que as mantém e promove. Os problemas

de consciência de alguns físicos de renome mundial, cujos descobertas se integram de forma trágica na realidade do Vietnam, tanto como os de em Sakharov são trágicos e, em parte, ineficazes. Não se diga que não são "homens de Cultura". Por conseguinte, a um certo nível e em extremos e privilégios dominados da ecologia cultural, a questão das relações entre Estado e Cultura, poder político e criação — embora conheça a antinomia em que falámos — não parece apresentar a estrutura mais clássica de conflito latente ou expresso, típica dos criadores culturais mais objectiva e materialmente independentes das necessidades primárias da sociedade, digamos, mais "livres", como seriam os músicos, pintores, escultores, cineastas, actores e, naturalmente, escritores.

Mas é isto exacto?  
Não é nosso intento negar o famoso tema das "duas Culturas", um pouco mitificado, embora a nossa questão com ele se relacione. Enquanto cultura científica, uma certa actividade intelectual — ainda por cima a única que é indiscutível no seu princípio, mesmo quando o poder se nas consequências — não pode, nem em sonhos, conceber-se como independente, alheia ou autónoma em relação às finalidades que todo o Estado considerou sempre da sua atribuição: defesa, investigação pura, investimento tecnológico de alto nível, sem falar do que condições tudo o resto, quer dizer, a estrutura educacional. Se se tenta ou em parte, o cientista não está de acordo com essas finalidades só sem uma maneira de preservar a sua "liberdade" ou usando para lhe substituir outras ou abdicando como homem de ciência ou emigrando, se isso lhe for conveniente, ou os cretórios não são "intuitivos". Os casos abundam na sociedade contemporânea. Não é por acaso que o cientista

representa o agente cultural mais estruturalmente integrado no sistema socio-cultural de que faz parte, mas igualmente — embora sob a forma da excepção trágica — aquele que pode recusar com o máximo de violência possível o sistema que o condiciona. Acontece mesmo que a contradição assumia formas espectaculares: quando se produz o conflito entre a integração do facto e a contestação radical (Oppenheimer, Sakharov). Os limites de um tal jogo tenues e precários: separar-se do complexo versitário —

sociológico-científico, sem o qual a sua prática é inconcebível, o cientista perde toda a sua razão de ser. A sua única escapatória reside na hipótese de ser julgado improrcedível pela maioria "total" — o que é raro — e que ela se encontre disposta a encetar a sua contestação ideológica como infantilismo ou distração de sábado. Como último recurso poder-se-á consultar com a imagem de um destino pós-umo, a Galileu. E esse destino mais clemente que o dos actores culturais que entram em conflito com o Estado? Veredo bem, o caso dos Oppenheimer, dos Sakharov (e em sentido oposto o de Lyssenko, abusando do crédito ideológico para fazer triunfar um erro científico) reduz-se ao dos actores culturais não científicos. É excepcional que o litígio entre o cientista e a ordem estatal (a qual por sua vez está integrada por outros cientistas...) seja de ordenamento científico, como no caso exemplar de Galileu se supõe ser. É sempre de contestação ideológica que se trata e assim voltámos à querrela clássica entre o Poder enquanto ideologia política e a Cultura enquanto ideologia

simbólica. E é por isso mesmo que há se haverá entre ambos questões, mas de uma ordem tão orgânica, tão fatal, que é necessário "pensar" essa fatalidade, conhecê-la a estrutura e o perfil, como único processo de limiar o embate entre o Estado e a Cultura a um nível de tragédia, ou a um máximo, conscientemente assumido, quando for caso disso. Não é por acaso que os mais célebres epônimos desta luta entre Poder e Cultura têm como actores, não homens de ciência, mas grado os Servet, os Galileu e os Lavonier, mas essa outra espécie indefinível de agentes intelectuais que são os filósofos, os escritores, os artistas. Entre eles e o poder político, a possível e até certo ponto inevitável oposição, está isenta da equivoqueidade que se atribui à actividade científica, óvia e irredutivelmente social ou socializável. Embora erradamente, o estatuto da actividade científica, pode valer-se de um estatuto não ideológico, o que não será jamais o caso da actividade artística ou filosófica. Entre os actores culturais que relevam destas duas, ideológicas por essência, e o Estado, ideólogo por necessidade, mesmo se se afirma "acima" ou "à margem" das ideologias, o equilíbrio é (e deve ser) naturalmente precário. Só pode instaurar-se quando houver entre uns e outros uma perfeita osmose, o que não é para os tempos mais próximos. Não há contradição maior que a desses actores culturais que concebem como privilégio máximo a protecção ou o "incentivo" do Estado e ao mesmo tempo se queixam da "perversão" mais ou menos efectiva que sobre eles exerce a ideologia estadual. Accitando uma — e em princípio é natural acená-la, sob pena de realçar o Estado, de lhe atribuir um

domínio próprio outro que o de representar os interesses orgânicos da colectividade — é necessário acenar a outra, não como uma injunção sem réplica, mas como um dos termos de um conflito que por ser inevitável deve ser realizado, estruturado, e na medida do possível, des-dramatizado.

Como realizar uma tal des-dramatização das relações entre Poder e Cultura numa sociedade burguesa que serve ainda de quadro a uma actividade cultural cuja motivação profunda consiste em contestá-la? Essa des-dramatização não é possível nem desejável em face de um Estado burguês totalitário ou de um Estado não-burguês igualmente totalitário, embora estes totalitarismos não sejam, simétricos. Se "Cultura", significa alguma coisa é como acto "simbólico-prático" através do qual os homens tentam impor ou introduzir o máximo de transparência comportável pelo seu viver comum e, maximamente, no tipo de inter-relação, que designamos por "Estado". Por isso se a "opacidade", a "alienação" têm a sua raiz na forma do Estado, o acto cultural por excelência consistirá na luta por reconduzir essa forma ao máximo de transparência histórica que comporta. Tal foi sempre — até quando o não parecia — a essência da Cultura, mormente no seio da Época Burguesa de que constitui a primeira expressão de triunfo e a permanente auto-crítica. Podia imaginar-se que, com o fim da sociedade burguesa, desaparecesse, por inútil, essa famigerada "Cultura" enquanto consciência ou instância autónoma do processo social. Mas só em parte é isso exacto: a desagregação ou queda da Sociedade Burguesa não "liquidou" a função cultural. Foi-lhe mudando pouco a pouco o

sinal, des-privilegiou-a como máscara cara e rara dessa Sociedade, liquidou-a como "ponto de honra", brasão, emblema, moeda do absoluto ao mesmo tempo que a universalava como arma crítica absoluta. A tal ponto que essa mesma sociedade, sintomaticamente, não pôde cristizar a mais radical subversão da ordem burguesa ocidental que se conhece sendo com nome de **revolução cultural**. E que num certo sentido (e no interior dessa sociedade) só há e pode haver "revoluções culturais". Por isso mesmo, no quadro da sociedade burguesa, em que continuamos a viver — e possivelmente viveremos ainda durante muito tempo — a questão das relações entre Poder e Cultura é a de saber se "a revolução cultural" imamente à dinâmica da produção artística contemporânea permite outras saídas que não sejam as da contestação de princípio de um lado e a incompreensão ou a repressão mais ou menos subtil do outro.

Paradossalmente, a única arma — que já não é absoluta — de que dispõe a Sociedade Burguesa contemporânea — é ainda e sempre a da liberdade, o que supõe, implica ou explicitamente; que essa sociedade admite que não é imortal ou é capaz de viver na perspectiva da sua futura morte. Enquanto Sociedade Burguesa já não tem nem pode ter ideologia coerente (ver Galbraith ou Raymond Aron), orgânica, embora possua o seu simétrico enquadramento da sua **imagem** que lhe é proposta pela existência e modalidades das sociedades não-burguesas conhecidas. E neste intervalo — que pode ser historicamente longo — que se situa a realidade ainda imponente no seu estado de desastre voluntário, da Cultura chamada ocidental. E neste que está implantados esses templos de atismo cultural moderno, conhecidos sob o nome de

Casas da Cultura, onde quotidiano e oficialmente, sem lugar o ritual da conexão. Escrevemos isto sem ironia nenhuma. A Sociedade Burguesa prolonga e doutra a sua agonia com o esplendor de espectáculos que a regam, mas através deste exercício de masoquismo cultural permanente ("Satyricon", "Grande Bouffe", etc.) preserva para um futuro-outra essa liberdade formal inerente ao sério jogo da Cultura. Essa liberdade não é como o pensam todos os teólogos do Poder totalitário, uma desprezível ou ultrapassada conquista, mas justamente a forma de toda a actividade humana desalienante. No fundo, o único papel do Poder na sociedade burguesa é o de ajudar ou deixar o campo livre ao movimento da liberdade inerente em toda a pulção cultural, para que esta por sua vez em virtude da inércia histórica e suas biocagens ainda o manietta. Aceitar esta sua mesma metamorfose, desajá-la, negar-se enquanto Poder anquilosado por estas biocagens sociológicas desnecessárias, é a única "chance" de entendimento com a Cultura que outra coisa não via. Escutar e incentivar o pluralismo natural da pulção criadora evitando a armadilha de se supor ou deixar ser seu centro propulsor, é hoje o único papel oficial do Poder em matéria cultural. Mas nem esta acção do pluralismo cultural lhe conferirá, nos tempos que correm, o poder de sobrestreitamente os orientar em função da ideologia unitária mínima que, enquanto Sociedade Burguesa não pode deixar de possuir. Salvo para a cultura, real ou concretamente estratificada e institucionalizada — embora mesmo sob essa forma sempre em constante actualização — toda a acção pública de instituições de carácter público como Institutos, Secretariats ou Ministérios de Cultura,

tem de acenar de olhos abertos os raios integrados de um jogo que é o da liberdade de todos os actores culturais e o do suicídio da cultura às mãos-deusa mesma liberdade.

Que instituição ou instância oficial está disposta a jogar um tal jogo? Focado ou consentido é, no entanto, o único que a instância cultural de responsabilidade do Estado, admite hoje naqueles Países que se têm, em geral, como os mais culturizados do Ocidente. E isto sem que a ordem burguesa pareça sofrer muito com isso. Não será, afinal, a cultura e a hipotética subvenção que desija encarnar o famoso jogo de papel com que todas as sociedades gostam de fazer equivoocadamente mal.

E, ao fim e ao cabo, a famosa querrela entre Estado e Cultura, mascara sublimada de um mas radical combate, o que tem o campo das relações concretas inter-humanas, como arena e tribunal? A questão tem o seu interesse teórico e icomequentemente prático, mas não dispensa que se trate como merce está, mais tradicional e urgente, que nos ocupa. O grau de autonomia sociológica das relações entre Poder e Cultura é suficiente para que se procure conhecer-lhe o perfil e adivinhar as soluções. Seja qual for o tipo de sociedade política, a questão entre ambos persiste. Na nossa, e sem dúvida por muito tempo, a única solução provável é a de conferir à dinâmica da liberdade do espírito, existência formal de toda a cultura, o máximo de amplitude. E na fidelidade aos seus imperativos, descobrir as modalidades práticas, instrumentos ou instituições, capazes de encarnar essa opção de princípio, em actos, obras, acontecimentos culturais, de efectiva e não alienante libertação do condico humano.

(1) Ver EXPRESSO de 18 de Maio.

Pinto, A. Vaz

## O depoimento de A. Vaz Pinto

Economia

O DR. ALEXANDRE VAZ PINTO foi recentemente nomeado presidente do conselho de administração da Sociedade Financeira Portuguesa, organismo que terá certamente um papel importante a desempenhar na tão reclamada intervenção do Estado na vida económica. Por isso pedimos ao ex-Secretário de Estado do Comércio e colaborador da Junta de Salvação Nacional nos primeiros dias a seguir ao 25 de Abril que falasse da economia portuguesa e da posição da Sociedade Financeira.

# Para onde vai a Economia Portuguesa?

Pede-me o EXPRESSO que me pronuncie sobre a situação actual da economia portuguesa, bem como sobre as perspectivas que o futuro nos reserva. Antes de mais, e sem qualquer preocupação de originalidade, para exprimir a minha opinião não necessito de invocar o «25 de Abril», pois penso que, no que se refere à economia portuguesa, ele apenas veio clarificar uma situação de facto que já era extremamente grave. Não nego que isto seja importante: de facto, para se sair do «impasse» em que se encontra a nossa economia, uma condição essencial é que se coshesse a realidade para, a partir dela e não de «construções teóricas ao sabor das conveniências», se possam encontrar as soluções que aproveitem a toda a comunidade social.

### Aspectos essenciais

Tentarei descrever, nos seus aspectos essenciais, os pontos que me parecem mais importantes. Antes de mais, a inflação. As taxas actuais, e sobretudo o seu ritmo de agravamento a partir do último trimestre de 1973, são preocupantes. Não se deve esconder ao País que o instrumento de medida do aumento do custo de vida — o índice de preços do I. N. E. — por fortemente desactualizado — subavalia a realidade. Tarefa prioritária, é, assim, obter rapidamente um índice de preços que traduza com realismo a evolução do custo de vida. É não deve esquecer-se que a inflação é, por si mesma, injusta, na medida em que sacrifica mais as classes de menores níveis de rendimento.

Um segundo aspecto ligado ao problema da inflação é o do artificialismo da maior parte dos preços dos produtos alimentares, sustentados por subsídios «cegos» e que, além do mais não beneficiam, como é sua intenção, o consumidor mais necessitado, mas antes permitem, dado o seu difícil controlo, que alguns agentes intermedíarios se aproveitem dos mesmos. Dou um exemplo: por cada quilo de carne de vaca que o consumidor come à sua mesa, cerca de 1/3 é subsídio do Fundo de Abasamento. Qual o sentido social e económico de o Estado estar a suportar, com subsídios exactamente iguais, o trabalhador de Balizão e o «benfiteiro» americano que se instala no Ritz?

Para sair deste artificialismo, é necessário que, de uma forma progressiva, se reponha a «verdadeiros» preços, sob pena de, para um bom número de produtos, nos vermos a defrontar no futuro com situações de escassez de oferta resultantes de um desinteresse progressivo dos agentes de produção.

Para concluir este ponto, e como penso que ninguém tem o direito de criticar sem simultaneamente contribuir para as soluções, adianto algumas possíveis «malas» para este problema da economia portuguesa:

— teremos que aceitar, durante os próximos anos, uma taxa de inflação sensivelmente acima da média europeia;

— teremos que montar os mecanismos necessários para, melhorando progressivamente a distribuição do rendimento, ligar, de uma forma tão automática quanto possível, a evolução do poder de compra das classes trabalhadoras com o ritmo de crescimento dos preços;

— teremos de dotar o sector público com capacidade técnica para controlar a evolução dos preços, quer na sua formação ao nível da produção, quer nos vários escalões que se interpedem até ao consumidor final. Isso não se poderá fazer com eficácia sem um «estatuto de mobilização civil» que permita acrescentar a competência que existe no sector público, os conhecimentos e a agilidade de acção de um apreciável número de técnicos do sector privado que, creio que de boa vontade, colaborariam nesta tarefa tão essencial ao futuro do País.

### Situação de Administração Pública

O segundo e último aspecto que me preocupa em relação à situação económica do País — não falarei do desemprego possível, do saldo negativo da balança de pagamentos nem da recessão no sector do turismo — por se tratar de temas já largamente debatidos na imprensa — refere-se à situação da administração pública face à uma evidente necessidade da crescente intervenção do Estado na economia.

Como problema de futuro, e intimamente ligado ao aspecto referido, ninguém negar a necessidade de manter e até reforçar a taxa de investimento. E também do domínio público que as decisões de investimento em muitos sectores estarão a ser afectadas pela situação actual. Também parece evidente que há-de caber ao sector privado, nos tempos mais próximos, um decisivo papel na tomada de decisões em matéria

de investimentos, sem prejuízo de uma intervenção cada vez mais influente e selectiva do sector público. É a este que cabe fundamentalmente promover o arranque, através de projectos em que o Pn reconheça utilidade económica e social, conseguindo assim, simultaneamente, estabelecer a coesão e dar o tom a uma economia em que os interesses da comunidade se imponham progressivamente aos interesses exclusivamente privados.

É muito fácil, por decreto, determinar quais os grandes sectores em que o Estado deve ter uma presença decisiva ou definir uma política de controle de preços. Já é menos fácil, partindo dos grandes sectores — transportes, energia, indústrias básicas ou essenciais — definir, com mais pormenor, quais as actividades que deverão cair sob o controle público. E é mais difícil porque, se ao nível dos grandes sectores é fácil, mesmo entre políticos, ser-se objectivo, ao nível de actividades em concreto, é já necessário ter em conta a situação do País em que se faz política.

Mas é praticamente impossível dinamizar o investimento ou controlar a evolução dos preços, com uma administração pública que não funcione ou que não tenha condições de actuação eficaz.

Quero significar com isto que é necessário e urgente pesquisar a função pública e dar-lhe condições que possibilitem a efectiva intervenção do sector público na economia.

Trata-se de uma tarefa difícil mas possível e necessária e que não se compadece com soluções provisórias, por muito que o provisorio esteja na ordem do dia.

Finalmente é-me solicitada a opinião sobre o que foi e o que poderá vir a ser a Sociedade Financeira Portuguesa. Prefiro, dado o curto lapso de tempo de exercício de funções, reservá-la para outra ocasião, se não houver interesse, quando poder, com maior conhecimento de causa, exprimir um juízo fundamentado.

Uma certeza, no entanto, posso afirmar: já a Sociedade Financeira Portuguesa tem condições para ser um instrumento de desenvolvimento económico e social do País.

**PARA A ANÁLISE da actual situação económica, política e social portuguesa, o CEAD promoveu recentemente um painel com a participação de empresários e técnicos.**

Partiu-se das causas que levavam a considerar a economia portuguesa como basicamente desequilibrada. Os desequilíbrios de tipo Endógeno, manifestar-se-iam através da inflação de preços e salários, desemprego, escassez de baixas de produção com quebras de investimento, e desequilíbrios entre a oferta e a procura de bens e serviços. Haveria ainda choques exógenos ao sistema económico português, causados por zonas "não económicas" da sociedade portuguesa, como a política e o sistema social, o desequilíbrio acentuado da balança de pagamentos, agravado pelos espetaculares aumentos de preços das ramas do petróleo, e de matérias primas básicas, e ainda pela influência das economias estrangeiras.

Dois factos devem ser considerados de extrema importância. Em primeiro lugar, estes desequilíbrios da economia portuguesa não têm qualquer relação com o Movimento das Forças Armadas e o 25 de Abril. Em toda a Europa, e após os acontecimentos do último trimestre de 1973 e do primeiro trimestre de 1974, os economistas manifestaram profundas preocupações e a convicção de que ainda em 1974 se assistiria a uma grave crise económica. A própria OCDE chamou a atenção para a elevada probabilidade de graves crises no sistema económico europeu.

Em segundo lugar, não só a economia portuguesa não se pode alhear do funcionamento das economias europeias, tendo tendência para sofrer os efeitos das anomalias do funcionamento do sistema económico europeu, como se verificaram em Portugal de Outubro de 1973 a Março de 1974 sintomas graves de perturbação económica. Ainda nos tempos de Governo de Marcello Caetano, e de acordo com elementos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa de inflação em Portugal ultrapassou os 20% em 1973 e atingiu os 30% no primeiro trimestre de 1974. A economia portuguesa parecia encaminharse para um rápido desmoronamento se não fossem tomadas medidas que, de facto, o Governo de Marcello Caetano não tomou. Daí a demagogia de algumas posições ideológicas do Movimento Federalista Português sobre uma pretensa crise económica portuguesa provocada pelo 25 de Abril.

## Como evoluir a sociedade portuguesa

A resolução dos problemas de desequilíbrio da economia portuguesa depende naturalmente da forma como evoluir a sociedade portuguesa em termos políticos.

No decurso do encontro foram apresentados quatro esquemas teóricos de evolução política da sociedade portuguesa:

### A) Sociedade Democrática Liberal

Corresponderia aos modelos políticos tradicionais e vigentes na Europa.

Teríamos em Portugal um sistema político-económico do tipo das economias burguesas do ocidente europeu.

Na opinião do autor destas linhas, é o modelo que apresenta maiores probabilidades de vir a ser o futuro da sociedade portuguesa, sobretudo se a situação económica mantiver-se.

### B) Uma Sociedade-Laboratório

Trata-se de uma hipótese teórica ousada e utópica. Os defensores desta possibilidade sustentam que o capitalismo está em crise, e procura novas formas de funcionamento. Manifestamente Portugal poderia ser utilizado pelo capitalismo mundial como laboratório para o funcionamento de novas formas de organização social e económica. Não parece uma hipótese viável.

### C) Uma Democracia Popular

Se o sistema económico expandisse, poderíamos atravessar um período de guerra civil ou tréguas fortes, e com o estabelecimento de um regime comunista tipo "Europa de Leste". Esta hipótese parece-nos inviável por razões de equilíbrio político interno e externo, e do domínio da situação por parte do Movimento das Forças Armadas parece-nos indesejável. As forças armadas têm mostrado claramente que não admitem a radicalização do processo democrático, garantindo a ordem, eleições livres, e a não realização de reformas estruturais, sem pronunciamento desse desejo por tendências do povo através do Oe. Partidos teoricamente revolucionários têm mostrado o seu desejo de assegurar o processo democrático e ninguém ignora que não dispõem de força armada.

Esternamente, parece claro que os E. U. A. não admitiriam um regime comunista em Portugal e não se vê razões para Moscovo patrocinar tal ideia, com todo o risco de fazer perigar a política de coexistência pacífica por causa de um país pequeno e pobre em matérias primas essenciais.

### D) Movimento Nacionalista Militar

Esta hipótese não parece ser de exclusão, apesar de ter fraca força a curto prazo. Face ao falhanço dos partidos no controle da situação económica os oficiais do Movimento das Forças Armadas poderiam ser tentados a resolver os problemas da sociedade portuguesa como fizeram os militares germanos.

Se a Banca continuar a sua política post 25 de Abril, de não financiar, mesmo a curto prazo as pequenas e médias empresas, e se os grupos económicos portugueses adoptarem uma política de não-investimento, como parece estar a suceder, militares nacionalistas poderiam entender que (1) esse regime capitalista não os capitalistas que têm de resolver os problemas de investimento; (2) os grandes empresários portugueses

não desempenharam esse papel; O a única solução seria a de um movimento nacionalista militar; que assegurasse o cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas, dando plenitude ao funcionamento da economia e aos interesses das classes economicamente mais desfavorecidas, como os camponeses e os operários.

**Haverá uma crise económica?**

Se o Governo não tomar rapidamente medidas rigorosas, tudo indica que sim. Se bem que as informações que se seguem necessitassem de confirmação estatística, de acordo com a visão de alguns técnicos responsáveis, existem os seguintes sintomas que podem conduzir a uma crise económica a curto prazo:

1. Retração nas vendas: — accentuada na construção civil, em sectores comerciais e nos serviços;
2. Dificuldades na indústria têxtil e de confecções: — causadas por desaceleração de vendas no mercado externo — e ainda pelos aumentos salariais derivados das novas tabelas e do estabelecimento do salário mínimo;
3. Reivindicações salariais com paragens de trabalho em vários sectores;
4. Desorientação dos empresários com índices graves quanto à gestão das suas empresas;
5. Falta de liquidez das empresas, determinada pela subida de preços de matérias primas, pela inflação em geral e pela redução do crédito bancário;
6. Reduções drásticas no investimento;
7. Perda accentuada de liquidez no sistema bancário.

**Como dominar a crise económica**

Um grupo de técnicos presentes ao encontro ensaiou o esboço dum interessante modelo para dominar a crise económica. Esse modelo procura garantir que o salário mínimo não perdesse significado com uma rápida e forte inflação nos preços.

Muito grosseiramente, a construção do modelo poderia definir-se através dos seguintes pontos:

- 1.º — Definição de modelos de consumo adaptáveis à realidade portuguesa;
- 2.º — Caracterização de dois modelos básicos: — para a população com o salário mínimo ou aproximado — para os outros estratos da população activa;
- 3.º — "Venda" desses modelos para que se tornem desejados pelos estratos populacionais de menor rendimento (como o mal menor);
- 4.º — Permitir para os restantes estratos populacionais o funcionamento sem entraves do mercado da procura e da oferta;
- 5.º — A construção do "modelo das massas" obedeceria aos seguintes princípios básicos: a) o modelo uniforme, tanto quanto possível, para os bens de consumo essenciais, que seriam fornecidos em quantidades suficientes às necessidades dos consumidores;

b) subsídios ao pão, carne, peixe, etc., para este estrato populacional;

c) fomento de habitação social, para as famílias de menores recursos económicos;

6.º — Recursos financeiros do país inteiramente orientados para a prossecução desses objectivos;

7.º — Reforço dos recursos financeiros através de medidas de captação e poupança e alargamento do redeconto do Banco de Portugal, para as actividades destinadas a satisfazer as necessidades fundamentais dos estratos populacionais abrangidos pelo "modelo das massas".

**O problema das prioridades**

Os modelos estudados exigiram necessariamente que fossem definidas prioridades a satisfazer para o seu funcionamento equilibrado. Basicamente parece necessário definir níveis de equilíbrio nos mercados de emprego, o monetário, quanto a limites admissíveis de inflação, na produção e nas relações com o exterior. A nova (?) equipa económica terá com toda a certeza de fazer certas definições nestas áreas. Certas declarações de individualidades públicas levavam a pensar que o Governo estabeleceria como prioridades:

- 1.º — A redistribuição do rendimento;
  - 2.º — O emprego e o controle da inflação;
  - 3.º — O equilíbrio da balança de pagamentos.
- Os conflitos dentro do Ministério da Coordenação Económica, antes da saída do Ministro Vieira de Almeida, poderiam todavia levar a pensar que nem todos os membros da equipa económica governamental viam pelo mesmo diapasão... Considerou-se também importante o aproveitamento dos aumentos de massa salarial, através da Caixa Geral de Depósitos, que poderia conceder taxas mais elevadas de remuneração desses

depósitos, o que contribuiria simultaneamente para a redução da inflação e para o aumento de liquidez do sistema. Outra maneira de tornar alicientes esses afetos seria a concessão de benefícios especiais da Caixa Geral de Depósitos aos seus depositantes, para a construção ou aquisição de habitação própria.

A urgente necessidade de elaboração de projectos de investimentos e obras públicas que obviassem as possibilidades de desemprego que se detectam poderia também contribuir para o controle da crise económica.

Finalmente, parece indispensável o lançamento à escala nacional de uma campanha governamental, com o apoio do patronato e dos sindicatos, tendo como objectivo principal explicar às populações o estado deplorado em que se encontrava a economia portuguesa.

A situação económica é parada por alguns observadores a situação em que se encontravam os países europeus mais duramente atingidos pela segunda guerra mundial, quando esta terminou. A estas populações, e aos empresários, foram pedidos sacrifícios de guerra, que talvez sejam também indispensáveis em Portugal neste momento. Mas é importante que os empresários compreendam que não se podem pedir apenas sacrifícios aos trabalhadores. Os empresários, no seu próprio interesse, encontrarão vantagens em limitar nos próximos 3 anos a distribuição de lucros, melhorando as taxas de investimentos reprodutivos, redistribuindo de uma forma mais equitativa o rendimento.

Esta atitude, que parece ter sido preconizada sem êxito na Confederação da Indústria, abre um crédito de confiança nos empresários, permitindo aumentar o valor económico do mercado português, o que naturalmente beneficiaria os empresários mais empreendedores.



# O 9 DE JULHO OU O SENÃO DO 26 DE ABRIL

O DIA 9 de Julho marcou a primeira crise grave do Governo Provisório formado três semanas depois do Movimento de 25 de Abril. 54 dias esteve no poder o Governo que, à data deste comentário (10 de Julho), não sofreu ainda recomposição.

Quando há uma semana suscitávamos várias questões no nosso artigo «O começo do fim de uma coligação?» nada levaria a supor a rápida sucessão de acontecimentos verificada nos dias que se seguiram.

Vamos, antes de tudo o mais, aos factos. E estes podem resumir-se nos traços essenciais que, em larga medida, foram objecto de divulgação pela televisão, pela rádio e pela imprensa diária:

— No dia 5 de Julho, o Primeiro Ministro, Prof. Doutor da Palma Carlos entrega ao Presidente da República uma nota contendo três condições que reputaria fundamentais para a prossecução da sua acção governativa.

Já antes se falava em pedidos de demissão do Prof Palma Carlos, mas sempre sem confirmação oficial ou oficiosa. Desta feita, vários círculos políticos acentuaram que Palma Carlos, ao entregar a nota, pusera expressamente a sua demissão como alternativa para o caso de não satisfação das condições apresentadas.



A Junta de Salvação Nacional — como terão votado os seus membros?



Palma Carlos — Fiel de um equilíbrio instável



Sé. Carneiro



Magalhães Mota — PPD: sim à coligação; não ao impasse

Torna-se muito difícil conhecer em toda a sua amplitude o elenco dessas condições, até publicação dos documentos prometidos pelo próprio Prof. Palma Carlos, em entrevista concedida à RTP.

Nos vários círculos bem informados, aventa-se, contudo, a hipótese de esses três pontos serem os seguintes:

— reforço dos poderes do Primeiro-Ministro, e simplificação político-administrativa do processo de deliberação governamental;

— adiamento das eleições legislativas para uma data não ulterior a Novembro de 1976;

— realização até 31 de Outubro do presente ano de um «referendum» sobre um diploma constitucional provisório e de eleições para Presidente da República.

Qual a fundamentação que o Primeiro-Ministro teria apresentado para a proposta das presentes condições? Porventura a necessidade de substituir o presente esquema orgânico, todo ele provisório e limitado, por um outro referendado popularmente, com um órgão legitimado democraticamente.

Por outro lado, a primeira condição atenderia à ineficácia governativa que, na opinião do apresentante, tenderia a agravar-se no actual esquema político. E a segunda resultaria do apertado prazo para promulgação da lei eleitoral, e realização do recenseamento em termos efectivamente democráticos.

A serem verdadeiras as suposições que arrascamos, a proposta do Prof. Palma Carlos acarretaria uma alteração do Programa do MFA e da estrutura constitucional vigente, e daí o ter sido submetida logo no próprio dia 5 de Julho à apreciação do Conselho de Estado.



— Vasco da Almeida: Um ministro realista com que acabou uma fase económica



Firmino Miguel: de ministro demissionário a Primeiro-Ministro

## Conselho de Estado

As sessões deste órgão são secretas, pelo que é praticamente impossível avançar pormenores relativos às linhas de pensamento nele surgidas.

Não será difícil, porém, aventar a formação de duas correntes marcadas: uma possivelmente sustentada pelo próprio Presidente da República, alguns membros da Junta, e certas personalidades civis da esplanada de Spínola, defendendo a proposta de Palma Carlos; outra, sobretudo apoiada pelos representantes do MFA, opondo-se-lhe.

O veredicto final, saído da

reunião do dia 8, que terminou a iniciada a 5 — é o sabido: aprovação parcial apenas de matéria da primeira condição.

Antes, durante os dias 7 e 8 decorreram reuniões de membros do governo, das Comissões Políticas dos principais partidos, da Comissão Central do MDP (CDE, e de muitos desistis com representantes do MFA.

Na linha da sua atitude do dia 5, Palma Carlos pediu a demissão a Spínola no dia 9, depois de tentativas baldadas para o dissipar deste gesto. Em Conselho de Ministros

realizado à tarde do próprio dia 9, solidarizaram-se na omissão com o Primeiro-Ministro os Ministros Sá Carneiro, Vieira de Almeida, Firmino Miguel e Magalhães Mota.

Estes os factos capitais de um processo que não acabou, antes recomeçou, mas cujo balanço mais actual cabe na análise efectuada na página 2.

Neste comentário pretende-se sobretudo tentar uma explicação para o ocorrido e retirar algumas conclusões por ele sugeridas sobre a actualidade política portuguesa.

## As condições de Palma Carlos

Uma primeira observação respeita às condições eventualmente colocadas por Palma Carlos.

Elas poderiam desencadear da parte do Conselho de Estado dois tipos de reacções previstas:

a) um apoio à necessidade de reestruturar a orgânica do Governo, tornando-o mais solidário e mais apto a deliberar sem a morosidade que começava a ser patente nas últimas semanas.

Por outro lado, defenderiam alguns que sem uma fonte de legitimidade democrática mais sólida difícil seria ter por assente o sistema económico em vigor, e conduzir um processo de des-

colonização rápido, que o MFA teria, talvez, remetido para o Governo post-Março de 1975, mas que não pode esperar aí lá.

Finalmente, para os mesmos observadores o adiamento das eleições de Março permitiria institucionalizar mais solidamente condições de efectiva vida democrática.

b) Contra se diria (se disse?) que o Programa do MFA é um parâmetro da vida política portuguesa, e não um quadro genérico a reajustar permanentemente, que o adiamento das eleições legislativas poderia comprometer a rápida democratização em curso, e que a satisfação do terceiro ponto viria quebrar um equilíbrio de poderes, abrindo eventuais portas ao personalismo do Chefe

do Estado, e sobretudo podendo significar o fim do MFA.

Como quer que seja parece ser provável que, ao formular as suas condições, Palma Carlos tivesse actuado honestamente convicto de serem elas marcos essenciais para a evolução democrática do País. E talvez até tivesse tido presentes acontecimentos recentes que prenunciavam estrangulamentos a nível governativo (como a inadequação notória do responsável pela política educativa, a dificuldade de acordo em matérias como a greve, o «lock-out», salários e preços, e a elaboração e imediata suspensão do diploma sobre funcionalismo público, entre outros).

## Spinolismo

Concedendo que fosse esse o intuito do Prof. Palma Carlos, contra a sua proposta deverá ter sido levantado o perigo do «spinolismo».

A expressão é nossa, tanto quanto sabemos, e ganhou grande voga dentro e fora fronteiras.

Normalmente, quis-se levar logo a demissão a comparação entre o «spinolismo» e o «degaullismo».

Aparentadas as semelhanças, talvez seja, desta feita, oportuno apontar as diferenças.

De Gaulle foi como Spínola um brilhante chefe de guerra, mas De Gaulle fez-o a resistência contra a ocupação nazi da França, o general Spínola foi-o como um dos maiores chefes militares durante a vigência do regime da Constituição de 1933.

Um curso outro se destacaram pelo Eixo, mas De Gaulle teve uma travessia longa e meditada do deserto (1946-1958), enquanto António de Spínola praticamente não teve deserto a atravessar.

A De Gaulle várias forças militares e políticas recoreram a reorganizar a carta branca, António de Spínola foi designado Presidente da República por uma Junta de Salvação Nacional, mandatária do MFA, e limitada, tal como ele, pelo Programa do Movimento.

Poderíamos multiplicar as diferenças. Sempre no plano dos factos, que não de valor. Além do que, sendo Portugal-1974 um pouco de França em 58 e muito de França em 45 — do facto se retirarão as consequências adequadas.

Quer isto dizer que o prestígio do Presidente da República não tem consentido a crescer, que a sua acção de controle tem emmoecido, que o seu papel político tende a diminuir? Não. Pelo contrário.

Simplemente, quer dizer que a grande força militar é hoje ainda o MFA, que a sua vontade no Conselho de Estado foi decisiva, e que a posição do Presidente da República tem limites — os limites de um programa e de uma estrutura constitucional que o MFA (com eventual audição e ou apoio de forças políticas) julga prematuro alterar.

Simplemente quer dizer que o MFA é ainda uma força militar de peso, que a sua vontade no Conselho de Estado foi decisiva, e que a posição do Presidente da República se tem reforçado com o tempo e a ductibilidade permitidas por um programa e uma estrutura constitucional que o MFA (com eventual audição e ou apoio de forças políticas) julga prematuro alterar demasiado.

## Porquê a demissão?

Assim sendo, compreende-se que algumas propostas de Palma Carlos pudessem insinuar-se ao MFA, e que a sua apresentação —deparasse com o facto que é ainda indiscutível da prevalência do Movimento.

Então, porquê, a demissão solidária de quatro ministros, já que a de Palma Carlos aparece como coerente com a sua conduta anterior?

Diversas razões ponderosas, e así perfeitamente compreensíveis se pode avaliar:

a) Antes do mais, a «solidariedade que não pode deixar de ligar os ministros do Primeiro-Ministro, mesmo sem esquema constitucional em que as nomeações singulares cabem ao Presidente da República. Mal ou bem, a saída do coordenador de toda a acção governativa afecta a posição dos membros do governo, sobretudo ministros. Isto é sobretudo verdade no caso de Sá Carneiro, escolhido pessoalmente pelo Primeiro-Ministro para seu Adjunto;

b) Essa solidariedade converte-se em posição política fundamental em governos de coligação, como era o nosso chamado por um Primeiro-Ministro de poder

independente. A sua substituição poderá alterar todo o jogo de forças, negociado longamente à partida, e é natural que certa ou certas linhas políticas tenham de se submeter ao veredicto dos órgãos directivos dos respectivos partidos;

c) Ademais pode suceder que o estilo de acção governativa nos últimos tempos levantasse da parte dos demissionários críticas pela sua inépcia, lentidão ou indecisão. E que fosse achado oportuno submeter uma reavaliação das estruturas, métodos e peneiras de coligação. E, para tanto, considerassem fundamental o reconhecimento mais amplo das condições sugeridas por Palma Carlos.

Do que é conhecido, parece, portanto, que as demissões dos quatro ministros não terão resultado de cisão ou afrontamento quanto a questões como a guerra de África ou medidas de política económica.

Mais. A Comissão Política do PPD apressou-se a clarificar que a demissão de dois dos seus membros não representava o pôr em causa o princípio do Governo de coligação. Depois, a mesma comissão especificou:

«O Partido Popular Demo-

crático considera que esta gravidade resulta da imperiosa necessidade de se tomarem decisões políticas de fundo que capacitem o Governo a assumir plenamente as suas responsabilidades.

Para isto há que reduzir ao mínimo o período de incerteza política em que se vive impondo-se que, muito rapidamente, sejam tomadas as medidas de ordem política adequadas: — a

efectiva implantação da democracia em Portugal, a resolução do problema colonial, e a dinamização da vida económica, condições fundamentais para a criação de um Portugal socialmente justo.»

Aliás, é próprio dr. Sá Carneiro explicara na RTP as razões da sua demissão, com coincidência com a análise acima feita.

## Atenção à reacção

Se estes parecem ter sido os passos fundamentais de um processo rápido e de amplitude inesperada, convém ter presente a manobra ou manobras possíveis da Reacção.

No decurso do processo não é de afastar a conjectura de que ela tenha actuado junto de certas instâncias do poder (que não o Governo Provisório), para o convencer a um volte-face na coligação governativa.

Decreto convocada de um enfraquecimento do MFA (que não era real), a direita terá, porventura, sugerido uma inflexão substancial ao governo constituído.

Depois de verificada a crise, ela tentará tirar partido das demissões verificadas, em várias hipóteses possíveis de actuali-

— nomeação, pouco provável, de vulto mais conservador para Primeiro-Ministro;

— impasse na formação do novo governo;

— redução do governo a uma Frente Popular, tentando dividir o País em dois campos a extremar;

— tentativa de substituir os membros do PPD unidos por pseudo-independentes de orientação direita, para acentuar a agudização dos conflitos intra-governamentais.

A apoiar estas linhas alternativas, aparecerá uma paragem de investimento privado de grandes grupos, uma acção de boicote com ligações internacionais.

Prestar atenção permanente a manobras destas é tarefa prioritária a todos os níveis.

## O desfecho

Não cabe neste artigo desenvolver e comentar o desfecho da crise, desfecho esse que apenas será conhecido em momento ulterior.

Para já ficam claros dois perigos:

— o perigo de a coligação no poder se ver paralizada na sua acção, que envolve um efectivo peso político. Perigo esse que ocorreria numa sociedade a braços com graves problemas económicos, políticos e sociais, em larga medida herdados do passado.

Sociedade em que o despojar da democracia deparou com perturbações de série ordem, e em que interessa que se evite a imagem de uma desigualdade manifesta de condições oferecidas às diversas forças políticas democráticas.

A atitude dos membros do PPD que apresentaram a sua demissão do Governo terá sido o mérito de chamar a atenção para o perigo daquela paralização ou de uma radicação de condições contrárias à consolidação da democracia. E, assim sendo foi útil, já que não basta apregoar que se constrói a democracia. Convém que se não desista no concreto por um lado e que se pretenda construir no abstracto por outro;

— o segundo perigo é o de uma crise demasiado longa poder dar tempo ao reforço da direita, nos vários campos em que se organiza.

Este perigo seria mesmo muito grande se o PPD abandonasse a coligação no poder, o que parece fora de causa.

Nesse caso, um governo socialista-comunista dificilmente evitaria o rápido agravamento de

tensões internas e externas, no momento preciso em que a democracia em radicação se encontra debilitada. Não se saberia mesmo qual a conduta de várias partes estrangeiras extremamente interessadas na situação política portuguesa.

Vencer estes dois perigos é essencial para que se não destrua em Agosto, ou Novembro de 1974 (ou até em 75 ou 76, o que se lançou em Abril).

E verdade que o MFA está atento e vela no plano militar, mas grado recentes movimentações dos quadros.

Mas, um país perde ou ganha uma possibilidade de construir a democracia em muitos outros campos, além do militar. E de todos eles talvez o mais importante seja o económico.

Por isso se impõe garantir que a coligação no poder jogue toda a sua democracia, sem limites, sem monopólios, sem duplas estratégias, e que os estratagemas do poder preparem na realidade a democracia.

Por isso se impõe não deixar um palmo à reacção. O que não significa impedir o aparecimento de forças democráticas contestadoras. Mas sim a proliferação de grupos economicamente bem enquadrados, que, no fundo, vitam sobretudo o golpe de estado.

Terminávamos o artigo da semana passada dizendo: «Se há reptos insidiáveis que exigem uma coligação com determinadas características, porquê um conflito de que resultaria a tendência para a imposição de soluções unilaterais?»

Conflito esse que, não tenhamos ilusões, não teria vencedores, só teria vencidos.

Não vemos razão política plausível para deixarmos de pensar da mesma maneira.

OLIVEIRA, César

## Luta de classes

## Classe operária e organização

César Oliveira

1 O SUJEITO histórico de transformação radical da sociedade capitalista é o proletariado, classe produzida pelo capitalismo e que este próprio sistema exclui sistematicamente, da riqueza que ele próprio produz, dos centros de decisão económica, do poder político, cultural e ideológico.

São as contradições entre aqueles que vendem a sua força de trabalho e os que se apropriam da riqueza produzida (porque detêm os meios de produção, só posteiros com a acumulação do "valor" de trabalho não pago) que determinam a existência concreta de uma luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Estas contradições mais claramente expressas na actividade produtiva directa, existem também em todos os domínios da vida nas sociedades capitalistas.

2 A luta da classe operária contra as condições em que se exerce a sua exploração, opressão e dominação é fundamentalmente um dado da divisão do trabalho, da própria existência de uma sociedade dividida entre exploradores e explorados. Esta luta tem assumedo significados, conteúdos e formas de organização muito diversas que correspondem ao desenvolvimento concreto do capitalismo e das forças produtivas numa dada sociedade.

Nos artigos anteriores procurámos mostrar, exactamente, a dinâmica da própria expressão e do conteúdo da luta de classes do proletariado nos contextos da revolução e desenvolvimento das forças produtivas.

As alternativas revolucionárias a períodos e a conteúdos de luta e a formas organizativas de impacto, de reformismo ou legalismo tem que a iniciativa pertence sempre à burguesia que pretendem, e pretendem, sempre integrar, no seu próprio projecto, a expressão e o conteúdo da luta das classes exploradas revelaram-se muito diversas na história do movimento operário.

Do mesmo modo as quatro revoluções socialistas (URSS, CHINA, CUBA E VIETNAM) assumendo de situações concretas diferentes e produzindo-se em conjunturas também diferentes, realizaram-se sob formas organizativas distintas, com situações de classe diferenciadas e com conteúdos muito específicos.

3 Se o ponto de partida para a revolução socialista é a sociedade burguesa e classista e se o conteúdo e organização da luta de classes corresponde ao desenvolvimento do capitalismo, é forçoso considerar que o marxismo constitui a partir de 1848/50 a base fundamental teórica da revolução. No entanto (na consideração que o marxismo é fundamentalmente uma metodologia de análise e uma teoria de explicação científica das sociedades capitalistas e que teve, nomeadamente no século XX, diversas aplicações no próprio processo revolucionário).

Porque metodologia de interpretação das sociedades capitalistas que fundamenta uma visão do mundo científica, o marxismo é essencialmente um método aberto, criativo, pois o seu cerne é constituído pela análise concreta das situações concretas. O importante contributo que LENINE, MAO-TSE-TUNG, STALIN, HO-CHI-MIN, GIAP, K. LIEBKNECHT, PANNEKOKK, FIDEL CASTRO e outros têm dado reside substancialmente quanto a nós, na aplicação efectiva a situações concretas (na análise, na definição dos projectos revolucionários, nos conteúdos e na organização da luta de classes) da metodologia marxista. O revisionismo e o reformismo residem essencialmente na integração na sociedade burguesa dos objectivos revolucionários do proletariado (abdicando da revolução socialista e de modo nenhum na aplicação concreta a situações concretas do marxismo. Aplicar o marxismo a situações concretas da luta de classes de modo a perspectivá-las e organizá-las, em termos revolucionários, a acção das classes exploradas é a garantia primeira da revolução socialista.

4 Vimos em artigos anteriores que sem consciência de classe e sem organização não seria possível às classes trabalhadoras caminharem decididamente para o socialismo.

A existência da consciência de classe depende da própria luta de classes, da organização, da "informação política" dos trabalhadores, dos projectos políticos alternativos à exploração e dominação burguesa, da teoria revolucionária, da consciência de forças de classe. Estes factores que de modo nenhum podem

separar-se ou compreenderem-se separadamente inscrevem-se no próprio desenvolvimento das forças produtivas de cada sociedade e no quadro do capitalismo internacional e do sistema imperialista e, portanto, na luta de classes mundial.

5 No anterior artigo procurámos mostrar que, pelo próprio desenvolvimento do capitalismo português e pela prática política das oposições que se centrou, a partir de 1935/6, num frontismo permanente no qual a unidade antifascista escondia os antagonismos de classe e impediu o desenvolvimento de uma acção operária autónoma da burguesia, a classe operária e os trabalhadores portugueses encontram-se hoje desprovidos de uma organização autónoma e gerencial independente, numa consciência de classe revolucionária que envolva a definição e a prática de um projecto alternativo às forças da burguesia.

6 Por outro lado a inexistência de uma consciência de classe revolucionária das classes trabalhadoras portuguesas, a complexidade do processo da luta de classes em Portugal, a confusão ideológica e política impenite, o colaboracionismo entre classes com interesses antagonicos e a necessidade de uma prática revolucionária de massas (como condição para a construção da memória e da classe e da organização das massas exploradas portuguesas) conferem especial importância, certamente à desactivação e generalizar infindáveis as tarefas que impendem sobre os intelectuais revolucionários portugueses.

7 O desenvolvimento do capitalismo em Portugal realiza-se de uma forma complexa e lenta através da coexistência de relações sociais capitalistas com sobrevivências muito ligadas à produção manufacturera e artesanal e a formas agrárias do antigo regime aristocrático, senhorial e latifundiário que começou a ser derubado em 1820.

O processo da evolução das forças produtivas portuguesas, porque complexo, lento e "pouco clarificado", tem vindo, desde 1945, a expressar quer o predomínio das relações sociais capitalistas quer a importância de

capital industrial e financeiro. Por outro lado o crescimento e importância da força social e política das classes trabalhadoras e do proletariado industrial (menoritários no conjunto da população total activa portuguesa) coexistem com uma pequena burguesia industrial e agrícola, congregando larga parte da população, cujo peso político não pode ser ignorado.

A definição de um projecto político revolucionário que subtraia a pequena burguesia à esfera de influência política das forças da burguesia colocando-a ao lado do proletariado e das classes trabalhadoras, parece ser uma necessidade decorrente da análise da situação da luta de classes em Portugal. No entanto a aliança estratégica entre a classe revolucionária do proletariado industrial e os trabalhadores com a pequena burguesia terá de ser realizada sob a direcção do proletariado industrial e agrícola. Mostrar a pequena burguesia que só poderá escapar do domínio do capital monopolista por uma aliança com as forças revolucionárias é, das condições concretas da sociedade portuguesa de hoje, uma tarefa importante.

Esses são factores a ter muito em conta ao considerarmos as classes trabalhadoras como os únicos agentes da transformação radical da sociedade capitalista portuguesa e para a qual a sua organização é um factor decisivo.

8 Ao considerarmos as classes trabalhadoras organizadas como agentes únicos do processo de transformação revolucionária da sociedade capitalista estamos implicitamente a afirmar que a sua organização terá de permitir o desenvolvimento pleno da acção colectiva das massas trabalhadoras, terá de corresponder ao desenvolvimento das forças produtivas, terá de adequar-se ao

desenvolvimento da consciência de classe revolucionária e colectiva. Numa palavra: a organização revolucionária das massas trabalhadoras portuguesas terá de ser produto da expressão da própria luta de classes em Portugal.

Se a despolitização das massas trabalhadoras portuguesas cria boas condições para a possibilidade da sua acção revolucionária e para a construção de uma organização que exprima uma prática política adequada à situação de classe e aos objectivos revolucionários do proletariado — a sociedade sem classes — porque de facto se verifica a instabilidade da apparatus burocrático-reformista de enquadramento massivo e permanente das classes trabalhadoras, não é menos verdadeira que a compreensão do processo político e revolucionário português é restrita a uma análise precavida de trabalhadores e aos intelectuais revolucionários; o analfabetismo, a ignorância, o antifascismo permanente mistificado, a falta de informação são, entre outros os factores, principais responsáveis destes factos.

Daqui decorre que seja extremamente actual e pertinente a seguinte questão: como construir desde já uma teoria organizativa que permita a curto ou a médio prazo uma organização de massas revolucionárias em Portugal?

Esta questão implica duas outras: como assegurar desde já formas organizativas que apontem para essa organização de massas? Que papel desempenham aqui e agora os intelectuais revolucionários?

9 Todas as condições organizativas e todas as formas de organização que possam ser avançadas desde já tem de ser dirigidas para a construção de um Partido Revolucionário das massas trabalhadoras que seja efectivamente criação das próprias massas em luta dirigida pela fracção mais consciente e revolucionária das massas trabalhadoras portuguesas.

Enquanto uma fracção importante dos trabalhadores e nomeadamente do proletariado industrial estiverem sob a influência de forças políticas reformistas ou sob a esfera de influência da unidade antifascista, a constituição de um Partido revolucionário de massas é irrealizável em Portugal. Os grupos políticos que se auto-intitulam partidos revolucionários dos trabalhadores e do proletariado são de facto exteriores às massas trabalhadoras portuguesas e como tal tenderão sempre à burocracia, a uma ideologia estranha por falta de implementação real, a auto-afirmação, não tendo, de facto, existência real.

A organização revolucionária dos trabalhadores portugueses só poderá transformar-se numa expressão política organizada em partido revolucionário quando a própria luta de classes e acção de massas impuserem a necessidade da sua constituição. Isto significará que as classes trabalhadoras portuguesas, pelo menos numa sua fracção importante, escaparam à influência das forças reformistas e à ideologia burocrático-dominante.

A constituição imediata de um partido revolucionário ou o que se já se "constituíram" apenas à frustração dos intelectuais revolucionários, à reprodução dos vícios burocráticos herdados da contra-revolução mundial, ao desconhecimento da situação concreta da luta de classes em Portugal, à incapacidade de levar por diante uma tática que ao mesmo tempo permita bater os reformistas nos seus próprios termos e organizar as massas trabalhadoras "despolitizadas".

O papel revolucionário dos intelectuais não-reformistas portugueses só pode ser um: contribuir para o esclarecimento político das classes trabalhadoras portuguesas, proporcionar-lhes condições de informação política e de organização que conduzam a uma consciência de classe generalizada e revolucionária de modo a serem as próprias massas trabalhadoras a criarem o seu

partido revolucionário e a dirigirem a sua organização. Só assim os intelectuais revolucionários exteriores às massas trabalhadoras. Só assim a inteligência revolucionária poderá ter uma função política importante, ao serviço efectivo da revolução socialista, escapando à tentação de cúpula dirigente, recusando-se a si própria uma função de direcção teórica burocrática.

Para que os intelectuais possam cumprir um papel revolucionário é fundamental que actuem nos locais onde estão de facto as massas trabalhadoras, que esclareçam, informem e discutam, sem a pretensão de representarem os trabalhadores, informando, pondo à disposição das classes trabalhadoras as suas análises políticas, promovendo debates de esclarecimento político, criando condições organizativas que permitam a expressão dos interesses das próprias massas trabalhadoras e aceitando que a direcção efectiva da luta revolucionária pertence de facto aos trabalhadores, podem assim, os intelectuais revolucionários, colocarem-se ao lado da luta revolucionária dos trabalhadores portugueses.

10 Há que encontrar formas organizativas diferenciadas que permitam às classes trabalhadoras portuguesas e sobretudo ao proletariado industrial desenvolverem uma luta que sirva de momento quatro objectivos principais:

a) permitir o desenvolvimento e a expressão da consciência da luta de classes em Portugal de modo às classes trabalhadoras adquirirem, pela própria prática, a consciência de que os seus interesses são autónomos dos interesses das forças da burguesia (qualquer que elas sejam) e de que da sua luta autónoma e unificada depende a solução definitiva da sua exploração e dominação;

b) permitir o advento de uma consciência de classe que faça avançar as classes trabalhadoras para a revolução socialista o que implica a unificação de esforços entre a pequena fracção revolucionária dos trabalhadores e os intelectuais revolucionários;

c) permitir a unificação da luta económica, política, cultural e ideológica escapando assim aos esforços das burocracias e dos reformistas para parcelar e dividir as tarefas políticas, económicas e culturais o que implica uma salda lenta mas progressiva e radical da esfera de influência;

d) a compreensão de que a luta pela sociedade sem classes, pela revolução socialista, terá de comportar alianças estratégicas e alianças táticas e que passará também pela definição de objectivos a curto e médio prazo os quais servirão para fazer o avanço qualitativo e permanente das lutas dos trabalhadores para a criação das condições que permitam a conquista do poder. Isto implica uma síntese política e permanente realizada numa organização política global: um movimento político que exprima as aspirações revolucionárias das massas.

11 Da movimentação massiva de trabalhadores (na fábrica e nos aparelhos sindicais) da existência de uma coligação de forças num Governo Provisório que é de facto uma saída lógica, ao nível político e com carácter provisório, para o bloco social dominante — o capitalismo industrial liderado pelo capital financeiro, da existência de uma pequena burguesia numerosa num contexto geral de crise do capitalismo português e por isso a inexistência de uma organização autónoma das classes trabalhadoras, decorrerão as formas organizativas adequadas ao grau de desenvolvimento das forças produtivas em Portugal.

Julgamos que a curto prazo haverá a tendência entre os trabalhadores portugueses de acorrerem aos sindicatos, como forma organizativa mais unificadora e já anteriormente constituída num contexto político diferente, mas nos quais é possível por agora construir e organizar uma acção revolucionária de massas.

Por outro lado a diversidade de situações na actividade agrícola onde os pequenos proprietários rurais irão ter um peso político importante obrigará a formas organizativas, na luta por objectivos comuns e que terão de contemplar assalariados rurais e pequenos proprietários, nomeadamente nas zonas do Norte e do Centro e nas regiões agrícolas do litoral.

Nos centros urbanos urge unificar na luta urbana (transporte, habitação, tempos livres e sua utilização, saúde e assistência, ensino) a pequena burguesia urbana (funcionalismo, empregados etc.) com os trabalhadores sob a direcção efectiva do proletariado industrial. Há que propor e organizar a discussão da necessidade da criação de cooperativas de produção de modo a subtrair os pequenos industriais, da dominação de influência da burguesia e do capital monopolista tornando-as desde já aliados de facto das classes trabalhadoras.

Por outro lado a luta e organização nos locais de trabalho crescerá na justa medida em que novas formas de exploração e dominação forem sendo adaptadas pelo capitalismo e na direcção inversa em que os trabalhadores e a classe operária tomarem consciência dos perigos e limitações da luta e quase inevitável burocratização sindical.

Yodavia, torna-se imperioso desde já criar condições organizativas que permitam, numa organização política criativa e em contínua transformação, uma unificação e uma síntese política permanente e que ao mesmo tempo, faça alinhar os intelectuais revolucionários ao lado dos trabalhadores.

Todo isto, que por certo representará um esforço de di-

cusão e organização gigantesco, terá de ser realizado num âmbito verdadeiramente nacional de modo a possibilitar simultaneamente um conjunto de soluções regionais diversificadas e a definição de linha de acção, de uma prática política e de uma perspectiva revolucionária à escala nacional. Organizar a discussão, envolver o maior número de pessoas na discussão e ligar essa discussão à prática política é caminhar também para o organismo revolucionário de massas.

12 Nesta ordem de ideias parece-nos que a organização nos locais de trabalho (fábricas e empresas) sendo essencial para o prosseguimento de uma luta que directamente afronta a exploração e dominação capitalistas poderá ser um instrumento de controlo da própria acção sindical e um auxiliar importante na luta contra a burocracia e contra o reformismo das organizações políticas, ao mesmo tempo que permite a luta contra as estruturas fascistas da empresa, contra os ritmos de trabalho pela melhoria das condições de trabalho, etc.

A criação de COMISSÕES DE FABRICA E DE EMPRESA é uma necessidade que decorre da própria situação concreta de exploração, dominação e repressão.

Nas zonas rurais parece ser mais viável e urgente a constituição de Sindicatos de assalariados agrícolas e a unificação dos assalariados agrícolas na luta com os pequenos proprietários por uma reforma agrária anti-latifundiária e pela criação de cooperativas de produção agrícola. As COMISSÕES PARA A REFORMA AGRÁRIA E PARA O SOCIALISMO, poderão ser formas organizativas capazes de exprimir aquela aliança estratégica já atrás referida.

Nos centros urbanos há que utilizar nos COMITÉS POPULARES DE BAIRRO a pequena burguesia urbana e os trabalhadores, sob a direcção destes últimos na luta por melhores condições de habitação, transporte, saúde e assistência, por um ensino ao serviço das classes trabalhadoras pela utilização dos tempos livres de forma a criar uma cultura e instituições culturais ao serviço da transformação revolucionária da sociedade capitalista portuguesa.

Os pequenos industriais e o operariado que também por eles é explorado deverão encontrar formas de discussão em torno de um projecto económico e político que assegure de facto quer os interesses da classe operária quer o alinhar ao seu lado da pequena burguesia industrial numa luta contra a burguesia e o capital monopolista.

A reestruturação sindical, quer pela luta por sindicatos de in-

dústria ou actividade, quer pela organização interna dos sindicatos de modo a serem asseguradas formas organizativas que permitam o seu total controlo, dentro do local de trabalho, pelos trabalhadores, parece ser tarefa urgente e necessária. A existência de sindicatos que pelo menos por agora escapem à burocracia e à ditadura dos permanentes sindicais\* transferindo o poder efectivo dos dirigentes para as bases sindicais organizadas é, na fase actual da luta de classes, uma exigência da própria luta revolucionária. SINDICATOS DE BASE, TOTALMENTE CONTROLADOS POR TODOS OS TRABALHADORES SINDICALIZADOS deverá ser um objectivo permanente de luta.

A existência de um movimento político que parta das realidades concretas, que possa ir ganhando terreno por intermédio de alternativas concretas às formas políticas da burocracia, do reformismo e da burguesia, que recuse uma luta ideológica desligada do desenvolvimento concreto da luta de classes, que permita pela sua organização interna a sua permanente transformação organizativa e adequada, a cada instante, ao próprio processo da luta de classes é também uma exigência necessária.

Em factos há que dar ao conjunto das lutas uma perspectiva clara, partindo da síntese política permanente das lutas parciais, possa lançar linhas de acção adequadas à própria capacidade de lutas das massas exploradas. Há que buscar um espaço político, uma organização, que pela riqueza da sua diversidade interna, pela ausência de apriorismos ideológicos, pela aplicação permanente do marxismo, pela recusa ao dogmatismo e ao "ideologismo" possa abrir caminho para a construção de um partido político de massas que contribua decisivamente para a revolução socialista em Portugal. Uma organização política assim concebida é a melhor garantia para que seja possível construir a via portuguesa para a revolução socialista isto é uma via que partindo da situação concreta gerada pelo desenvolvimento das forças produtivas em Portugal assegure uma criatividade permanente quer das formas organizativas quer dos conteúdos de luta. Recusando a transposição mecânica de formas organizativas e de modelos revolucionários, recusando que o marxismo possa ser concebido como um "sistema acabado", uma organização política em construção permanente e evoluindo em todas as revoluções socialistas e na produção teórica dos revolucionários a experiência e os ensinamentos necessários, poderá levar a médio prazo à construção de um PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DE MASSAS. Partido revolucionário o

que será criação das próprias massas em luta e cujo projecto e programa político realizará a aliança estratégica entre a pequena burguesia e as classes trabalhadoras portuguesas, sob a direcção do proletariado e no qual os intelectuais revolucionários ao serviço efectivo dos trabalhadores.

13 Cremos firmemente que O MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA é, na fase actual, quer pela "abertura" da sua acção quer pela linha de acção que se tem centrado numa prática política de base quer ainda pelas potencialidades que lhes vem da sua organização interna e dos pressupostos teóricos em que tem feito assentar a sua acção, a garantir da globalização política de uma luta que irá resultar num partido revolucionário de massas.

Há que fazer inserir a acção táctica do M. E. S. numa perspectiva: estar onde estão as massas para nesse terreno debater opções políticas e promover a informação e o esclarecimento das massas trabalhadoras e construir desde já formas organizativas abertas e anti-burocráticas que, exprimindo uma prática política de base, possam transformar-se a cada instante de modo a cada vez mais apontarem para uma síntese política global e dar um lugar a um partido político de massas cuja direcção anti-burocrática pertença de facto aos trabalhadores.